



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**LEI Nº 547/2014**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária do Município de São José das Palmeiras para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências.

**CAPÍTULO I**  
**Das Diretrizes Gerais**

**Art. 1º.** Fica estabelecido, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais e as específicas para a elaboração e execução da lei orçamentária do Município de São José das Palmeiras para o exercício financeiro de 2015, de conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

**CAPÍTULO II**  
**Da Estrutura das Diretrizes Orçamentárias**

**Art. 2º.** As diretrizes orçamentárias compreendem a seguinte estrutura:

- I -** Das Diretrizes Gerais;
- II -** Da Estrutura das Diretrizes Orçamentárias;
- III -** Das Receitas;
- IV -** Das Despesas;
- V -** Das Despesas com Pessoal;
- VI -** Da Gestão Patrimonial;
- VII -** Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;
- VIII -** Das Metas Fiscais;
- IX -** Dos Riscos Fiscais;
- X -** Do Orçamento da Administração Direta;
- XI -** Dos Fundos Especiais.
- XII -** Das Disposições Gerais e Finais.

**Art. 3º.** Para efeito desta Lei, entende-se por:

**I - programa:** o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos previstos no plano plurianual;

**II - atividade:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental;

**III - projeto:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governamental; e

**IV - operação especial:** as despesas que não contribuem para a manutenção das ações governamental, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

**§ 1º** - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§ 2º** - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, unicamente para especificar em sua ação governamental, as metas a que se propõe atingir durante a sua execução.

**§ 3º** - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

**§ 4º** - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas ações e/ou metas físicas.

**Art. 4º.** A proposta orçamentária discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa e das modalidades de aplicação.

**§ 1º** - As categorias econômicas estão assim detalhadas:

**I** - Despesas Correntes; e

**II** - Despesas de Capital.

**§ 2º** - Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:

**I** - pessoal e encargos sociais;

**II** - juros e encargos da dívida;

**III** - outras despesas correntes;

**IV** - investimentos;

**V** - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas; e

**VI** - amortização da dívida.

**§ 3º** - Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

**I** - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;

**II** - Transferências a Instituições Multigovernamentais; e

**III** - Aplicações Diretas.

**Art. 5º.** A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

**I** - os poderes e órgãos que integrarão a proposta orçamentária, de forma atender os princípios da unidade e universalidade;

**II** - a origem das fontes de recursos que financiará o orçamento;

**III** - a demonstração da distribuição despesa aos órgãos e unidades que compõe a proposta orçamentária;





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

IV - a demonstração da previsão da despesa por função de governo;

V - a demonstração da previsão da despesa por categoria econômica e por natureza;

VI - a demonstração da previsão de aplicação de impostos e despesa na manutenção e desenvolvimento do Ensino, conforme Artigo 212 da Constituição Federal;

VII - a demonstração da previsão dos recursos vinculado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de conformidade com a Emenda Constitucional nº. 53, de 19 de Dezembro de 2006;

VIII - a demonstração da previsão de aplicação de recursos na saúde pública, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

IX - a demonstração da previsão de gasto com pessoal conforme disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;

X - a demonstração do orçamento de capital de forma demonstrar a regra ouro, conforme artigo 12, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

XI - a demonstração da previsão do OCA - Orçamento da Criança e Adolescente, nos termos desta Lei dos procedimentos exigidos na IN nº 36/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Art. 6º.** A proposta orçamentária do Município, consolidando todos os seus poderes e órgãos, incluindo o orçamento fiscal e da seguridade social, compor-se-á de:

I - Mensagem;

II - Projeto de lei orçamentária;

III - Tabelas explicativas da receita e despesas;

IV - Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções de governo;

V - Quadro demonstrativo da receita e despesa, por categorias econômicas;

VI - Legislação da Receita;

VII - Anexo demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais da LDO;

VIII - Quadros das dotações por órgãos do governo e da administração, na forma dos anexos 6 a 9 da Lei 4.320/64;

IX - Plano de aplicação dos fundos especiais;

X - Descrição sucinta da competência de cada unidade administrativa e respectiva legislação pertinente.

**Art. 7º.** O Orçamento Geral do Município abrangerá a administração diretas e indireta do Município, compreendendo os poderes legislativo, executivo e os fundos contábeis.

**Art. 8º.** Na elaboração da proposta orçamentária, as receitas e despesas serão orçadas segundo as disposições desta Lei, podendo ainda ser corrigidas, se necessário, durante a execução orçamentária, através de ato próprio do Poder Executivo, até o limite mensal da inflação verificada no período compreendido entre o mês seguinte de sua elaboração até o mês de novembro de 2014.



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

### **CAPÍTULO III** **Das Receitas**

**Art. 9º.** Na estimativa da receita observará as normas técnicas e legais, considerará os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de outro fator relevante e será acompanhada de demonstrativos de sua evolução nos exercícios de 2012 e 2013, da previsão de 2014 e da projeção para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

**Parágrafo Único** - A concessão de benefícios fiscais de caráter não geral será considerada na previsão da receita orçamentária de forma assegurar o cumprimento das metas fiscais previstas para o exercício.

**Art. 10.** A estimativa da renúncia de receita prevista no Anexo de Metas Fiscais deverá ser demonstrada através de anexo próprio na proposta orçamentária, o seguinte:

- I** - a margem para concessão de renúncia de receita;
- II** - a descrição dos atos legais que fundamentam a renúncia de receita;
- III** - demonstração de que a renúncia foi considerada na estima de receita constante da previsão orçamentária.

**Art. 11.** No projeto de lei orçamentária, o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior aos das despesas de capital.

**Art. 12.** O Poder Executivo aperfeiçoará a aplicação da legislação tributária, objetivando promover a justiça fiscal do Município e assegurar o cumprimento das metas fiscais.

### **CAPÍTULO IV** **Das Despesas**

**Art. 13.** A previsão da despesa será orçada segundo os preços e custos correntes, vigentes durante a sua elaboração, e seja compatível com as prioridades e metas previstas na presente Lei, em especial o estabelecido no Anexo das Metas Fiscais.

**Art. 14.** Os critérios para distribuição dos recursos para os órgãos e os poderes do município obedecerão prioritariamente às despesas com pessoal e seus encargos sociais, serviços da dívida, outras despesas de custeio administrativo operacional e precatório judiciais, após poderão ser programados recursos ordinários para atender despesas de capital.

**Parágrafo único** - A previsão orçamentária não conterá dotação destinada a investimentos em obras novas não incluídas no PPA - Plano Plurianual, excluídas as obras de conservação e adaptação de bens imóveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal.





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**Art. 15.** A proposta orçamentária da administração direta conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor não inferior ao percentual de 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício, destinada ao atendimento de riscos fiscais como Despesas Judiciais Extraordinárias e outros passivos contingentes.

**Art. 16.** Durante a execução orçamentária os atos que resultarem na criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa não prevista no orçamento exigir-se-á o seguinte:

**I** - estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário nos exercícios de 2015, 2016 e 2017 e das premissas e metodologia de cálculo utilizado;

**II** - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, tenha compatibilidade com o plano plurianual e com esta Lei.

**Art. 17.** As despesas correntes derivadas de leis ou atos administrativos, que fixem para o Município a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios deverão estar instruídas das exigências estabelecida no Inciso I do Artigo anterior, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa e acompanhado de comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais.

**§ 1º.** Será considerado aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado, que ultrapasse um período superior a dois exercícios.

**§ 2º.** Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do Artigo 16 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993.

**Art. 18.** A Administração Direta do Município é autorizada a promover as alterações e adequações de suas estruturas administrativas, com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia nas ações institucionais e na prestação de serviços públicos, desde que observado o que dispõe o Artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **CAPÍTULO V**

### **Da Despesa Com Pessoal**

**Art. 19.** A Administração Direta obedecerá rigorosamente os limites estabelecidos para as despesas com pessoal, e as seguintes condições:

**I** - Caso a despesa com pessoal ultrapasse o limite prudencial, ou seja, o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) do limite





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

correspondente a cada Poder, até que comprove o retorno nos relatórios fiscais do quadrimestre seguinte, ficam proibidos os seguintes atos:

- a) - conceder qualquer tipo de vantagens que aumente a despesa;
- b) - conceder gratificação a qualquer título;
- c) - Aumento salarial, salvo se for em decorrência de sentença judicial, de lei ou contrato, ressalvada a revisão geral anual;
- d) - Criar cargo, emprego ou função;
- e) - Alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- f) - Preencher cargo público;
- g) - Admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada para repor servidores que se aposentarem ou falecerem das áreas de educação, saúde e de utilidade pública;
- h) - Contratar horas extras;
- i) - Conceder promoções e os avanços previstos no plano de carreira.

**II** - Se a despesa total com pessoal de cada Poder ou órgão ultrapassar os limites máximos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, sem prejuízo das medidas previstas no Inciso I deste artigo, o excedente terá que ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as seguintes providências:

- a) - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e função de confiança;
- b) - exoneração dos servidores não estáveis;
- c) - perda de cargo de servidor estável, nos termos e condições estabelecidas na Constituição Federal.

**Art. 20.** Os Poderes Legislativo e Executivo poderão conceder vantagens ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreira, a admissão de pessoal a qualquer título, condicionada as seguintes exigências:

**I** - comprovação de que a despesa com pessoal não esteja extrapolando limite de alerta, ou seja, o percentual de 90% (noventa por cento) dos limites para cada poder, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal;

**II** - Declaração expressa do ordenador de despesa de cada poder, que a projeção da despesa ao longo dos 12(doz) meses não ultrapassará percentual de que trata o inciso anterior.

**III** - Demonstrativo da estimativa do impacto na previsão orçamentária nos exercícios de 2015, 2016 e 2017, e a origem dos recursos para o custeio da despesa.

**IV** - se houver prévia dotação suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, e,

**V** - lei específica;

**Parágrafo Único** - Exclui-se das exigências estabelecidas neste artigo, a despesa obrigatória de caráter continuado decorrente da revisão geral dos servidores, prevista no Artigo 37, X, da Constituição Federal, que tem por finalidade a recomposição do poder aquisitivo dos vencimentos defasados em razão da inflação, nos termos do Artigo 17, § 6º da Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja autorização será estabelecida em lei específica.





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**Art. 21.** Os Poderes Legislativo e Executivo são autorizados a promover as alterações e adequações na legislação de pessoal e nas estruturas dos quadros de pessoal, com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia nas ações institucionais e na prestação de serviços públicos, desde que observado o que dispõe o Artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **CAPÍTULO VI**

##### **Da Gestão Patrimonial e das Obras em Andamento**

**Art. 22.** As disponibilidades de caixa do Município, incluindo a administração direta e indireta, serão obrigatoriamente depositadas em instituições financeiras oficiais.

**Art. 23.** O produto de alienação de bens e direitos que integram o Patrimônio Municipal deverá ser aplicado obrigatoriamente em despesas de capital, de forma a preservar o Patrimônio Público.

**Art. 24.** Em atendimento ao Parágrafo Único do Artigo 45 da Lei Complementar n.º 101/2000, os projetos em andamento por ocasião do encaminhamento desta LDO estão especificados no Relatório contido no Anexo desta Lei.

#### **CAPÍTULO VII**

##### **Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal**

**Art. 25.** Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2014 são as especificadas no Anexo I que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo Único - Os valores das prioridades e metas poderão sofrer alterações e a devida adequação quando da elaboração da LOA - Lei Orçamentária Anual, as quais, em havendo, por ato próprio, deverão ser procedidas sua adequação com o PPA e a LDO.

#### **CAPÍTULO VIII**

##### **Das Metas Fiscais**

**Art. 26.** Nos termos dos §§ 1º e 2º do Artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, fica estabelecido no Anexo II as Metas Fiscais em conformidade com os Demonstrativos de I a IX da presente Lei, que compreenderá:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das

Metas Fiscais do Exercício Anterior;





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

III - Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

VI - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII - Demonstrativo IX - Memória e Metodologia de Cálculos das Metas Anuais de Receita, Despesa, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública.

§ 1º - Os valores das metas fiscais devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2014 ao Legislativo Municipal.

§ 2º - Após a aprovação legislativa da previsão orçamentária, o Anexo II que trata das metas fiscais poderá ser reformulado, mediante lei, objetivando adequar as alterações advindas de mudanças na legislação tributária, financeira e orçamentária que venham ser promovidas pelo Governo Federal no decorrer do exercício, ou resultantes do comportamento da economia nacional, sem prejuízo das metas estabelecidas.

**Art. 27.** O Poder Executivo demonstrará, em audiência pública perante a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo Municipal, até o final dos meses de maio e setembro de 2015 e no mês de fevereiro de 2016, a avaliação em relatórios quadrimestrais das metas fiscais estabelecidas e executadas.

**Art. 28.** Se verificado ao final do bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão por ato próprio e nos montantes estabelecidos em Decreto do Executivo, a limitação de empenhos e movimentação financeira segundo os seguintes critérios:

I - redução na mesma proporção entre o previsto e a expectativa de receita, nas despesas e transferências, excluídas:

a) as de pessoal e seus encargos patronais;  
b) ao pagamento dos serviços da dívida;  
c) as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município (Saúde, Educação, assistência social, precatórios e serviços de utilidade pública);

d) as decorrentes de convênios, acordo e ajustes firmados com o Governo Federal e Estadual;

e) das obras em andamento.

II - vedação de empenhos que se destinem a:  
a) início de obras e instalações, inclusive as destinadas a conservação e adaptação de bens imóveis;

b) aquisição de bens imóveis por compra, desapropriação ou doação;

c) aquisição de equipamentos e material permanente, exceto destinado às atividades que constituem obrigações constitucionais;





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

d) abertura de créditos especiais que envolvam recursos próprios;

e) demais despesas que poderão ser evitadas que não venham causar implicações de ordem legal.

§ 1º. As hipóteses indicadas nas alíneas "a" e "d" do inciso II deste artigo são meramente indicativas, cabendo ao ordenador da despesa decidir sobre aquelas cuja vedação cause menos impacto à população e ao funcionamento de atividades e projetos em execução.

§ 2º. No caso de restabelecimento da receita prevista ou do cumprimento das metas fiscais, a execução retornará a normalidade.

### **CAPÍTULO IX**

#### **Dos Riscos Fiscais**

**Art. 29.** As possíveis despesas contingenciais e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, estão avaliados no Anexo IV que trata dos Riscos Fiscais, em cumprimento ao § 3º do Artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

### **CAPÍTULO X**

#### **Do Orçamento da Administração Direta**

**Art. 30.** O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, a serem incluídas no Projeto de Lei do Orçamento Anual, podendo, se necessário, incluir programas não previstos, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo e entidades internas e externas.

**Art. 31.** O total da despesa da Câmara Municipal não poderá ultrapassar os limites do Artigo 29-A, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 25.

**Parágrafo único** – Os repasses do Poder Executivo a Câmara Municipal, para as despesas com pessoal e subsídio dos Vereadores, será em consonância com os dispositivos da Lei Complementar n.º 101 e da Emenda Constitucional n.º 25.

**Art. 32.** O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos conforme dispõe o Artigo 212 da Constituição Federal, na manutenção e desenvolvimento do ensino, devendo aplicar 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na remuneração dos profissionais que atuam no magistério, em efetivo exercício de suas atividades na educação básica, conforme estabelece a Emenda Constitucional n.º 53/2006.

**Art. 33.** Nas ações e serviços públicos de saúde, o Município aplicará no mínimo o percentual de 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

de 2000, em conformidade com as orientações aprovada pela Resolução n.º 322, de 08 de maio de 2003, do Conselho Nacional de Saúde.

**§ 1º** - Os recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para o custeio do Sistema Único de Saúde - SUS, para o desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde não integram o cálculo de que trata este artigo.

**§ 2º** - As ações estratégicas de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, financiados com recursos do Ministério da Saúde, compreendidos o SF - Saúde da Família e outros que venham a ser criados pelo Ministério da Saúde, poderão ser executados através de entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos e qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, nos termos e condições estabelecidas pela Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999.

**Art. 34.** A contratação de serviços de consultoria tem por finalidade a execução de atividades que não possam ser desempenhadas por servidores dos Poderes Legislativo e Executivo ou para desempenho técnico de serviços necessários ao cumprimento de exigências legais que requerem certo grau de complexidade, publicando-se no órgão oficial do Município o extrato do contrato, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666 e suas alterações posteriores.

**Art. 35.** O disposto no § 1º do Art. 18 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

**Parágrafo Único** - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

**I** - sejam acessórios, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal dos órgãos da administração direta, na forma da legislação pertinente;

**II** - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal da administração direta, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto total ou parcialmente;

**III** - não caracterizem relação direta de emprego.

**Art. 36.** O Poder Executivo é autorizado celebrar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, conforme legislação pertinente, objetivando contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que haja interesse do Município ou alguma forma de ressarcimento.

**Art. 37.** O Executivo Municipal poderá firmar termo de convênio com entidades que realizem ações, projetos e programas em parceria com o Município, mediante concessão de recursos financeiros a título de subvenções sociais, que atuem nas áreas de educação, saúde e assistência social, para atendimento de despesas de custeio, conforme disposto no § 3º do artigo 12 e nos artigos 16 e 17 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que atendam as seguintes exigências:

**I** - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada;

**II** - possuam título de utilidade pública;

**III** - sejam cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social;





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

especial.

IV - atendam as exigências contidas em regulamento

**Art. 38.** A transferência de recursos financeiros às entidades de caráter beneficentes, educacionais, comunitárias, assistenciais, culturais, esportivas e associativas, a título de contribuição ou auxílio, inclusive de repasse financeiro a título de anuidade, deverá cumprir com as seguintes exigências:

I - Tenham diretoria eleita e com plenos direitos estatutários;

II - possuam título de utilidade pública;

III - não tenha finalidade lucrativa;

IV - atendam as exigências contidas em regulamento especial.

**Parágrafo Único** - Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo e no artigo anterior, a concessão de recursos financeiros deverá ser autorizada por lei específica, bem como estar prevista dotação no orçamento anual ou através de créditos adicionais.

**Art. 39.** As autorizações para abertura de créditos suplementares na lei orçamentária anual serão estabelecidas no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total da despesa consignada para cada um dos Poderes Legislativo e Executivo, nos termos do art. 165, § 8º, da Constituição Federal, compreendendo o reforço de dotação ou a inclusão de fontes de recursos, respeitada a vinculação das fontes de recursos dentro das respectivas áreas de atuação.

**Art. 40.** Igualmente fica o Poder Executivo autorizado a incluir na lei orçamentária, não sendo computado para fins do limite de que trata o caput do artigo anterior, a abrir crédito adicional suplementar, usando as formas previstas no artigo 1º, incisos I e II da Lei Federal nº 4.320 que seguem:

I - o superávit financeiro das fontes de recursos existente no final do exercício imediatamente anterior aquele a que se refere o orçamento.

II - o excesso de arrecadação de fonte de recurso vinculada a convênio e/ou programa com a União e/ou Estado não previsto na Lei Orçamentária e efetivamente arrecadado no exercício, e que não dependam de crédito adicional especial.

**Art. 41.** Quando da execução orçamentária, nas aberturas de créditos que promovam alteração de valor no projeto ou atividade, o Executivo Municipal poderá por ato próprio proceder a compatibilização desses com as prioridades e metas constantes dos Planos PPA e LDO.

**Art. 42.** A Procuradoria Jurídica do Município encaminhará a Secretaria de Finanças, até 30 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2015, devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 1º, da Constituição Federal, especificando:





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

- I - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo da causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor do precatório a ser pago;
- VII - data do trânsito em julgado; e
- VIII - número da vara ou comarca de origem.

### **CAPÍTULO XI**

#### **Dos Fundos Especiais**

**Art. 43.** Os Fundos Contábeis terão contabilidade centralizada na Contabilidade do Executivo Municipal e integrará a proposta orçamentária da Administração Direta, em nível de unidade orçamentária, e contera plano de aplicação que explicitará:

I - As fontes dos recursos financeiros classificados nas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receita de Capital;

II - As aplicações, onde serão discriminadas:

a) os projeto e atividades que serão desenvolvidas através do Fundo;

b) os recursos destinados ao cumprimento das metas, das ações, classificadas sob as Categorias Econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital;

III - Movimentação bancária em conta especial e vinculada ao respectivo Fundo, devidamente separada das demais contas mantidas pelo Executivo Municipal.

### **CAPÍTULO XII**

#### **Das Disposições Gerais e Finais**

**Art. 44.** São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Parágrafo único.** A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

**Art. 45.** A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo Municipal até a data de 15 de setembro de 2014, para compor o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município, nos termos da legislação pertinente e no limite estabelecido pela Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000.

**Art. 46.** A proposta do Orçamento Geral do Município será encaminhada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até a data de 15 de setembro de 2014, para ser apreciada e deliberada nos termos da legislação em vigor, devendo ser devolvida para sanção até 15 de dezembro de 2014.





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**Parágrafo Único** - As emendas ao projeto de lei do orçamento somente podem ser aprovadas caso;

**I** - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com as disposições desta lei, inclusive com o Anexo de Metas Fiscais;

**II** - estejam em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial a capacidade orçamentária e financeira do Município;

**III** - sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.

**Art. 47.** Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo tomará as seguintes providências:

**I** - Estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do Artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**II** - Desdobrárá em metas bimestrais de arrecadação as receitas previstas no orçamento anual, e demais exigências estabelecidas no Artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**III** - Determinará o desdobramento da Despesa Orçamentária, de forma estabelecer o QDD - Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária.

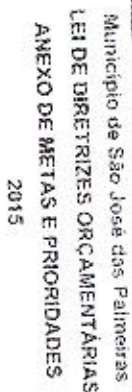
**Art. 48.** Especialmente neste exercício, por força da elaboração do novo Plano Plurianual, o anexo I que trata das de Metas e Prioridades para 2015, será enviada ao Legislativo quando do encaminhamento da Lei do Novo Plano Plurianual - PPA para o período de 2014 a 2017.

**Art. 49.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

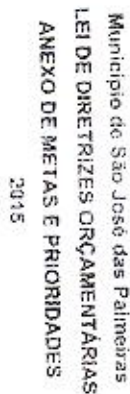
Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras,  
Estado do Paraná, em 11 de Junho de 2014.

**Nelton Brum**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

17-04  
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

[illegible]





## Vision

2004	Atividade	Manutenção das Assessorias Locais
	Subfunção:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Função:		4 - ADMINISTRAÇÃO
Descrição:		Realizar efetivamente o planejamento, integrado ao planejamento da PPA, LJA e LDO de forma a proporcionar condições técnicas para o desenvolvimento do município. Elaborar organogramas de arquitetura de acordo com a legislação, definir a estrutura básica, reformular a de recursos humanos e a de materiais, elaborar o plano de cargos e salários, acompanhar a implementação da estruturação das áreas, a organização do pessoal, a organização do trabalho. Realizar Elaboração dos Planos, Programas e Metas Organizacionais, Controlar e avaliar o desempenho das ações planejadas e a execução do plano, a organização do trabalho.

Produto esperado: Projeto/Atividade	Agência Administrativa
3305	Agência Administrativa
Atividade	Gestão de Política de Recursos Humanos
Função: 4 - ADMINISTRAÇÃO	Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Descrição:	<p>Proporcionar a população e servidores melhor qualidade dos serviços públicos. Promover cursos, treinamentos, especializações e atualizações constantes em todos os servidores, com vistas de melhorias, realização de concursos públicos, testes seletivos, avaliar periodicamente os trabalhos executados pelos servidores. Organizar plano de capacitação permanente dos servidores públicos municipais atendendo as necessidades apontadas pelas secretarias e setores administrativos. Realizar controle de férias dos servidores. Continuar atuando em academias municipais de esportes nas várias salões de administração pública. Fazer o Plano de Cargos e Salários possibilitando o aumento de salários conforme a escala do quadro de funcionários avaliada a qualidade do serviço público, visando recrusmo do atengão de satisfação do usuário.</p> <p>Servidores: Alunos</p>
Produto esperado: Projeto/Atividade	Funcionários
	100,000 90,00

2009	Atividade	Comércio Primitivos Municipais	Subfunção	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO			
Descrição:		Realização de Compras Materiais necessários para o funcionamento, funcionamento, funcionamento, funcionamento e atendimento às exigências da lei expedido a prestação de serviços		
Produto esperado:		Ação Administrativa		
Projeto/Atividade				

[illegible]



Município de São José das Palmeiras  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES  
2015

Página: 3

Programa: 2 - Gestão de Apoio Administrativo

Unidade de Medida

Meta quantitativa

Valor

Código	Tipo	Nome da ação	Meta quantitativa	Valor
3308	Projeto	Manutenção da Secretaria de Administração, Planejamento, Educação, Saúde, Assistência, Cultura e todas as demais Secretarias, e Departamentos do município. Realizar o controle contábil, financeiro e		
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Realizar controle e supervisão - realizar todo o trabalho administrativo, planejamento, educação, saúde, assistência, cultura e todas as demais Secretarias, e Departamentos do município. Realizar o controle contábil, financeiro e		
Descrição:		Realizar o controle e supervisão - realizar todo o trabalho administrativo, planejamento, educação, saúde, assistência, cultura e todas as demais Secretarias, e Departamentos do município. Realizar o controle contábil, financeiro e		
Produto esperado:		Realizar o controle e supervisão - realizar todo o trabalho administrativo, planejamento, educação, saúde, assistência, cultura e todas as demais Secretarias, e Departamentos do município. Realizar o controle contábil, financeiro e		
Projeto/atividade		Realizar o controle e supervisão - realizar todo o trabalho administrativo, planejamento, educação, saúde, assistência, cultura e todas as demais Secretarias, e Departamentos do município. Realizar o controle contábil, financeiro e		
		Realizar o controle e supervisão - realizar todo o trabalho administrativo, planejamento, educação, saúde, assistência, cultura e todas as demais Secretarias, e Departamentos do município. Realizar o controle contábil, financeiro e	01.000	45.000,00
		Realizar o controle e supervisão - realizar todo o trabalho administrativo, planejamento, educação, saúde, assistência, cultura e todas as demais Secretarias, e Departamentos do município. Realizar o controle contábil, financeiro e		0,00
		Realizar o controle e supervisão - realizar todo o trabalho administrativo, planejamento, educação, saúde, assistência, cultura e todas as demais Secretarias, e Departamentos do município. Realizar o controle contábil, financeiro e		1.220.000,00

Programa: 3 - Administração Financeira, Contábil e Tributária

Unidade de Medida

Meta quantitativa

Valor

Código	Tipo	Nome da ação	Meta quantitativa	Valor
4001	Atividade	Manutenção do Departamento de Receita e Tesouraria		
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	Manutenção do Departamento de Receita e Tesouraria		
Descrição:		Manutenção do Departamento de Receita e Tesouraria		
Produto esperado:		Manutenção do Departamento de Receita e Tesouraria		
Projeto/atividade		Manutenção do Departamento de Receita e Tesouraria		
		Manutenção do Departamento de Receita e Tesouraria	100.000	185.000,00
		Manutenção do Departamento de Receita e Tesouraria		0,00
		Manutenção do Departamento de Receita e Tesouraria		1.220.000,00

Programa: 4 - Educação para um Futuro Melhor

Nome da ação

Unidade de Medida

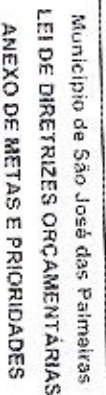
Meta quantitativa

Valor

Total do Programa

405.000





## Valor

Professors:



Município de São José das Palmeiras  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

2015

Página: 5

Programa: 4 - Educação para um Futuro Melhor

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
5006	Acredita	Manutenção do FUNDEB	Professores	100.000	1.228.042,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Descrição:	Manter, nos termos da legislação vigente o ensino fundamental, infantil e EJA de boa qualidade, utilizando o transporte e acomodando-se após. Garantir a manutenção do transporte escolar gratuito aos alunos da Educação infantil, Fundamental, médio e portadores de deficiência estudando outras deficiências. Realização de concursos para suprir as necessidades do transporte e realização de cursos para capacitação dos funcionários. Promover aos alunos de rede municipal e de rede estadual, concursos para a locação de veículos para a realização de transporte escolar, enviar ações junto ao governo do Estado para que o mesmo assumam as despesas do transporte escolar dos alunos da rede estadual, conforme previsto na Lei: Melhorar a qualidade de vida dos alunos.				
Produto esperado:	Servicos Alencade				
Projetos/atividades					
5007	Acredita	Manutenção do Ensino Infantil - FUNDEB	Professores	100.000	90.000,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
Descrição:	Implementação e planejamento democrático à aplicação dos recursos do FUNDEB. Manter, dar continuidade aos estudantes do ensino do FUNDEB, realizando curso de capacitação, seminários, congressos, fóruns, grupos de estudos, formação continuada aos professores e acompanhamento de grupos com psicóloga. Equipar com móveis e equipamentos as unidades da escola para dar mais sustentabilidade aos educadores do FUNDEB. Garantir que educação e redistribuição dos recursos e comprometimento do FUNDEB ocorra de acordo com os princípios legais, dentro as áreas prioritárias e partir de um diagnóstico situacional apresentado pelo Conselho Municipal do FUNDEB. Servicos Alencade				
Produto esperado:					
Projetos/atividades					
5008	Acredita	Manutenção do Programa PNAE	Refeições	100.000	4.10.000,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 351 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Descrição:	Fornecer merenda de qualidade aos alunos do ensino fundamental, pré, infantil e EJA. Fornecer merenda escolar a todos os alunos matriculados na Escola Municipal Regente Felipe, unidade infantil e Criança, com inclusão de produtos da região administrativa.				
Produto esperado:					
Projetos/atividades					
5009	Acredita	Manutenção do Centro de Educação Infantil de 0 a 5	Alunos	100.000	105.000,00
Função:	12 - EDUCAÇÃO	Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
Descrição:	Capacitar a criança de 0 a 5 anos para entrar o processo pedagógico, incorporando-lhe a oportunidade de participar as atividades que promova o seu desenvolvimento social, físico e intelectual. Manter, adquirir, seguir, expandir e melhorar o atendimento de creche municipal, incorporar a criança de 0 a 5 anos para entrar o processo pedagógico, incorporando-lhe a oportunidade de participar as atividades que promova seu desenvolvimento social, físico e intelectual. Manter e expansão do ensino infantil para oferecer as crianças uma preparação para a educação. Dar capacitação e acompanhamento aos professores e funcionários, concursos, seminários, palestras e outros. Equipar com móveis e equipamentos o estabelecimento de creche municipal para dar mais conforto as crianças e funcionários. Fornecer merenda e uniforme a todos para as crianças creches que frequentar a creche municipal. Servicos Alencade				
Produto esperado:					
Projetos/atividades					







Value
-------

132,000.

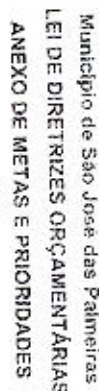
Valor

**Pescões Alondras**

## Yalo

Procedure: Anticipation





Value
-------

[illegible]



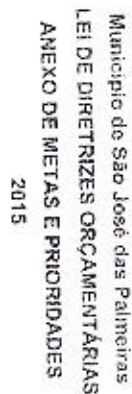
Município de São José das Palmeiras  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES  
2015

Página: 9

Programa: 7 - Saúde para Todos

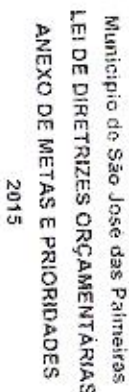
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
6003	Ação	Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde	População	100.000	25.000,00
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Descrição:		Atendimento com boa qualidade e mais eficaz a população. Manter o programa de agentes comunitários de saúde no intuito de atender na prevenção da saúde da população e no suporte ao programa PSF. Dotar de recursos humanos, materiais e equipamentos necessários ao bom andamento do programa.			0,0
Produto esperado:		Pessoas Atendidas			0,0
Projeto/atividade:					
6005	Ação	Manutenção da Atenção Básica - PAB	População	100.000	125.000,00
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Descrição:		Manter o PAB Atenção Básica, no intuito de políticas de saúde. Manter os atendimentos do Sistema Único de Saúde através de programas, consultas, diagnósticos, dentro outros.			0,0
Produto esperado:		Pessoas Atendidas			0,0
Projeto/atividade:					
6007	Ação	Manutenção do PSF Estadual Incentivo e Saúde	Ação Administrativa	100.000	12.000,00
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Descrição:		Manter o programa de incentivo à saúde da família no intuito de políticas públicas de saúde desenvolvidas pelo município. Manter, educar, melhorar o atendimento às pessoas através do Programa Incentivo à Saúde - PSF. Inserir um atendimento qualificado a cada cidadão a cada mês.			0,0
Produto esperado:		Ação Administrativa			0,0
Projeto/atividade:					
6009	Ação	Manutenção do Conselho Inter municipal	População	100.000	470.000,00
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATÓRIA			
Descrição:		Acesso integral aos serviços de saúde a toda população do município. Manter os atendimentos médicos, dentários, laboratoriais e odontológicos, consultas especializadas, exames, cirurgias entre outros. Interagir com hospitais, Fomentar o Conselho Inter municipal de saúde para o aumento da oferta de consultas especializadas, manter e implementar o programa de odontologia. Apoiar e manter os programas de qualificação e profissionalização.			0,0
Produto esperado:		Pessoas Atendidas			0,0
Projeto/atividade:					
6009	Ação	Manutenção da Família Saúde	População	100.000	200.000,00
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Descrição:		Manter a família com acompanhamento para a população, reuniões, sessões, grupos, orientações e reuniões. Manter, educar, proporcionar para a população de São José das Palmeiras, tanto com serviços da família, saúde e outros que a população necessitam. Fomentar gradualmente melhorias e programas. Equipar a família com equipamentos, materiais e materiais necessários para um bom funcionamento da saúde. Dotar de recursos humanos, materiais e equipamentos necessários ao bom andamento do programa. Fomentar a família e a comunidade e de recursos humanos com funcionários especializados na área de família e também fazer conexão para a família e a comunidade e a população junto a saúde.			0,0
Produto esperado:		Famílias Atendidas			0,0
Projeto/atividade:					





## Major

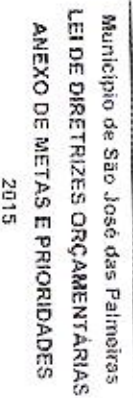
Código	Tipo	Nome do Ação	População	Valor
6010	Ações	Manutenção do Conselho CONSAMU	100.000	45.000
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
Descrição:	Acesso integral aos serviços de saúde a toda a população. Monitorar e acompanhar as práticas hospitalar, ambulatoriais e odontológicas, consultas especializadas, exames, urgências entre outros. Instrumentos mensuráveis: "cobertura" o CONSAMU no saúde para o aumento da oferta de consultas especializadas, exames e demais programas de qualificação e profissionais qualificados.			
Produto esperado:	Pessoas Atendidas			
Projeto/Atividade				
6011	Ações	Manutenção do Conselho a Conferência Municipal	População	5.000
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA		
Descrição:	Apoiar e manter as ações do Conselho Municipal no saúde com palestras, audiências.			
Produto esperado:	Pessoas Atendidas			
Projeto/Atividade				
6012	Ações	Manutenção do Programa Vigilância Sanitária	Global	18.000
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
Descrição:	Fomentar a população condições de higiene e saneamento ambiental, adequar a saúde humana, controlar a incidência transmissíveis e infecciosas e realizar a imunização da população. Realizar visitas em todos os estabelecimentos comerciais, industriais e prestações de serviços a fim interesse a saúde para a liberação de licença sanitária a validade de rotina nos mesmos locais; realizar visitas técnicas para amostragem e coleta de amostra para análises; orientar a população de alimentos, atender as exigências da população. Controlar a qualidade da água utilizada em piscinas e sistemas de abastecimento de água; realizar busca e apreensão de produtos e coleta de amostra para análise fiscal, realizar palestras e orientações a população; implementar programas para redução da produção no município de saúde; acompanhar o controle da água mineral, industrial e comércio dos outros de vigilância ambiental e vigilância em saúde do consumidor; apoiar as investigações de doenças de notificação obrigatória (doenças transmissíveis e que podem causar epidemia e doença de notificação sanitária e epidemológica, doenças zoonoses, realizar o controle da produção no comércio, controlar a qualidade das refeições, obter estrutura física, administrativa e de recursos humanos a área de vigilância sanitária e epidemiologia. Monitorar, avaliar, acompanhar e monitorar a qualidade para um bom trabalho.			
Produto esperado:	Atuação Administrativa			
Projeto/Atividade				
6013	Ações	Manutenção do Programa Vigilância Epidemiológica	Global	10.000
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 303 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		
Descrição:	Investigar a população condições de higiene e saneamento ambiental, adequar a saúde humana, controlar a incidência transmissíveis e infecciosas e realizar a imunização da população. Realizar visitas em todos os estabelecimentos comerciais, industriais e prestações de serviços a fim interesse a saúde para a liberação de licença sanitária e sistema de abastecimento de água; realizar busca e apreensão de produtos e coleta de amostra para análise fiscal, realizar palestras e orientações a população; implementar programas para redução da produção no município de saúde; acompanhar o controle da água mineral, industrial e comércio dos outros de vigilância ambiental e vigilância em saúde do consumidor; apoiar as investigações de doenças de notificação obrigatória (doenças transmissíveis e que podem causar epidemia e doença de notificação sanitária e epidemológica, doenças zoonoses, realizar o controle da produção no comércio, controlar a qualidade das refeições, obter estrutura física, administrativa e de recursos humanos a área de vigilância sanitária e epidemiologia. Monitorar, avaliar, acompanhar e monitorar a qualidade para um bom trabalho.			
Produto esperado:	Atuação Administrativa			
Projeto/Atividade				



Código	Tipo	Notas ao sistema
--------	------	------------------

Programa: 7 - Saúde para Todos					Meta quantitativa	Valor
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida			
6014	Projeto	Reequipamento da Secretaria de Saúde e Serviços	Veículo		100.000	20.000.000
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA				
Descrição:	Manter em condições de uso a frota de veículos da saúde em ótimo estado e adquirindo novos veículos. Equipamentos para todos setores da Secretaria, Saúde, Fundo e Conselho e outros.					0,00
Produto esperado:	Veículos					
Projeto/atividade						
6015	Projeto	Construir e Ampliar a Centro de Saúde	M² - Metro Quadrado		100.000	10.000.000
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA				
Descrição:	Construir ampliar, reformar, manter o prédio do Centro de saúde para melhor atendimento a população.					0,00
Produto esperado:	Obras Construídas/Arquadas					
Projeto/atividade						
6016	Ação	Manutenção do Incentivo Assistência Farmacêutica	Ação Administrativa		100.000	20.000.000
Função:	10 - SAÚDE	Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA				
Descrição:	Manter o serviço essencial na farmácia básica da saúde.					0,00
Produto esperado:	Ação Administrativa					
Projeto/atividade						
<b>Programa: 8 - Revitalização da Nossa Cidade</b>						
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida		Meta quantitativa	Valor
7011	Ação	Manutenção das Atividades do Departamento de Obras e Urbanismo	Ação Administrativa		100.000	1.150.000
Função:	15 - URBANISMO	Subfunção: 452 - SERVIÇOS URBANOS				
Descrição:	Proporcionar melhor qualidade de vida e mobilidade através da execução dos serviços. Condições a execução dos serviços de coleta de lixo domiciliar, varrição das ruas e logradouros públicos na sede, permanência a manutenção de vas urbanas, instalação de arborização, limpeza de lixões clandestinos, realizar a manutenção elétrica e hidráulica dos prédios públicos, administração do cemitério municipal, manutenção dos criatórios de lixo, manutenção dos serviços urbanos, concessão (unidade) com o cliente do poder executivo, as políticas de desenvolvimento habitacional e urbanístico do município, promover, administrar e fiscalizar obras de saneamento básico, serviços públicos, aterramento de lixo e poluição, obter a estrutura física, administrativa e os recursos humanos adequados para a realização de suas funções. Construção de sistemas de água potável e não-frio, melhorias em bairros e iluminação pública, aterramento de lixo e poluição, obter a estrutura física, administrativa e os recursos humanos adequados para a realização de suas funções. Construção de sistemas de água potável e não-frio, melhorias em bairros e iluminação pública, aterramento de lixo e poluição, obter a estrutura física, administrativa e os recursos humanos adequados para a realização de suas funções. Construção de sistemas de água potável e não-frio, melhorias em bairros e iluminação pública, aterramento de lixo e poluição, obter a estrutura física, administrativa e os recursos humanos adequados para a realização de suas funções.					
Produto esperado:	Programa conforme da Construção e aquisição de obra rural					
Projeto/atividade	Ação Administrativa					





Valor

1.818.000

4210

**Español**

**Programa:** 8 - Transporte na Cidade e Interior

Código	Nome da área	Folia
7942	Requisitamento da Secretaria Quase Unib. e Transporte	
Função:	Substituição	
26 - TRANSPORTE	782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
Descrição:	Elaborar autorizações, reformar e multar nas seguintes faixas do setor de oferta e contratação, adquirir equipamentos, máquinas e veículos para realização de diversas atividades rodoviárias, executar melhorias para melhoria da infraestrutura das máquinas e equipamentos, adquirir equipamentos novos para utilização de material betão, para facilitar o atendimento às necessidades locais.	
Produto esperado:	Valores	
Pré-Atividade		

**Programa:** 10 - Incentivo a Produção Rural Sustentável

[illegible]

Menção da Secretaria e Departamento Fomento Agro-Ecológico, Meio Ambiente

Agosto Administrativo

Submissão: 606 - EXTENSAO RUPEL

Função: 20 - AGRICULTURA

[illegible]

Producto separado  
Progenitores





Município de São José das Palmeiras  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES  
2015

Página: 14

Programa: 10 - Incentivo à Produção Rural Sustentável

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
8003	Ação	Manutenção do Mini Sistema de Água	Unidade	6.000	30.000,00
Função:	17 - SANEAMENTO	Atender as comunidades rurais com ações e infraestrutura adequada a todos. Construir sistemas de abastecimento de água, manter os já existentes com poço artesiano com bomba e rede água de distribuição, para atender as propriedades do interior do município com água potável; construir e implantação de sistema de abastecimento comunitário de água e de saneamento na área rural.			0,0
Descrição:		Projeto Alentejo			
Produto esperado:					
Projeto/Atividade					
8004	Projeto	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento	Fóre	100.000	50.000,00
Função:	20 - AGRICULTURA	Executar ampliações, reformas e melhorias na estrutura física do setor de renda e contradições; adquirir equipamentos, máquinas e veículos para realização de obras e serviços rurais; executar infraestrutura para produção e conservação das máquinas e equipamentos; adquirir equipamento móvel para brigada no material básico, para facilitar o atendimento às propriedades rurais. Equipamentos para a estrutura de rede de distribuição, Centro de pesquisa e desenvolvimento.			0,0
Descrição:					
Produto esperado:					
Projeto/Atividade					
8005	Parceira	Infra-Estrutura Rural	Glaci	100.000	100.000,00
Função:	20 - AGRICULTURA	Execução de pavimentação, adequação, restauração e outras melhorias em estradas localizadas no interior do Município de Toledo. Implementar programa de apoio às propriedades rurais - "Iniciativa da Propriedade Rural", com serviços de terraplanagem e colocação de bota ou cascaço nas propriedades rurais, melhorias, canalização, na implantação de acesso às propriedades, adequação e restauração de estradas e acesso a propriedades, execução de pontes em madeira e cimento, executar obras de adequação e uso sustentável em estradas vicinais no município.			0,0
Descrição:					
Produto esperado:					
Projeto/Atividade					
8006	Projeto	Ampliação e expansão dos Centros de Eventos	Glaci	1.000	50.000,00
Função:	20 - AGRICULTURA	Construir, ampliar, expandir e melhorar os Centros de Eventos para dar condições de qualidade a população do Município.			0,0
Descrição:					
Produto esperado:					
Projeto/Atividade					

Programa: 11 - Gestão de Apoio ao Comércio e Industrial

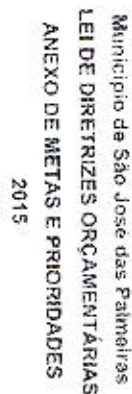
Código Tipo

Nome da ação

Unidade de Medida

Meta quantitativa

Valor



Código	Tipo	Nome da ação
--------	------	--------------

Programa: 12- Assistência Social com Eficiência					
Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
				000.000	40.000

## Nome da ação

QUIN	Atividade	Subsídio:	Propósito
Função:	9 - ASSISTENTE SOCIAL	141 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	
Descrição:	Realizar ações de atendimento ao idoso, incluindo, sempre que, necessário, parcerias com instituições da área no local.		
Produto esperado:	Idosos Atendidos		
Projeto/Atividade:			

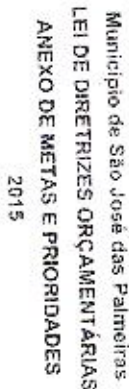
1999





Município de São José das Palmeiras  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES  
2015

Programa: 12 - Assistência Social com Eficiência				Unidade de Medida		Meta quantitativa	Valor
Código	Tipo	Nome da ação					
9006	Abrangente	Mantimento do Programa PETI - PIVAO	Pessoas			100.000	96.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
Descrição:	Proteção Especializada do Trabalho Infantil, Visitar e manter o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, complementando com recursos livres, monitor, expandir e dar a proteção aos alunos que frequentam a jornada ampliada; Realização de cursos, encontros, oficinas e atividades;						0,00
Produto esperado:	Projetos/atividades	Atividades Alinhadas					
9007	Abrangente	Mantimento do PEVI	Ação Administrativa			100.000	12.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA					
Descrição:	Ampliar, visitar e manter o programa de proteção e defesa e no local, realizar reuniões, palestras, reuniões, cursos e encontros com as famílias e responsáveis (pais ou responsáveis) com as crianças de 0 a 6 anos.						0,00
Produto esperado:	Projetos/atividades	Ação Administrativa					
9008	Abrangente	Mantimento do Programa ISO PSF	Grupos			100.000	13.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA					
Descrição:	Oferecer a comunidade as famílias a oferecer o serviço de orientação, acompanhamento com reuniões, palestras, cursos, reuniões e encontros para a população. Fortalecer as vizinhanças familiares e comunitárias, com objetivo de fortalecer o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;						0,00
Produto esperado:	Projetos/atividades	Ação Administrativa					
9009	Abrangente	Mantimento do Programa ISO SUAS	Famílias			100.000	8.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA					
Descrição:	Oferecer e dar oportunidade as famílias a oferecer o serviço de orientação, acompanhamento com reuniões, palestras, cursos, eventos e encontros para a população. Fortalecer as vizinhanças familiares e comunitárias, com objetivo de fortalecer o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;						0,00
Produto esperado:	Projetos/atividades	Famílias Alinhadas					
9010	Abrangente	Mantimento do Programa de PPI - PPIF	Famílias			100.000	64.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA					
Descrição:	Manter o programa para a proteção, visita ao serviço assistencial, dando orientação e oferecendo acesso social à família e seu membros e indivíduos mais vulneráveis, atendendo com cursos à população, palestras, reuniões, eventos, encontros no programa, manter o CRAS, para o acesso a população usuários do serviço assistencial, dando orientação e atendimento socioeconômico à família e seus membros e indivíduos mais vulneráveis;						0,00
Produto esperado:	Projetos/atividades	Famílias Alinhadas					

**Value**562,000.

Valor





Município de São José das Palmeiras  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

2015

Página: 18

Programa: 13 - Programa de Encargos Especiais

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
4	Operação Especial	Contribuição ao Paspap	Ação Administrativa	100.000	152.000,00
Função:	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	Subfunção: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			
Descrição:	Promover o pagamento de 100% dos encargos especiais com o Paspap.				0,00
Produto esperado:	Ação Administrativa				
Projeto/atividade					
5	Operação Especial	Sentenças e Redempções Trabalhistas	Presseleção	100.000	1.000,00
Função:	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	Subfunção: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			
Descrição:	Programar todos os precatórios, sentenças e redempções judiciais e fazer frente as despesas com honorários e custas processuais, inclusive de pequeno valor.				0,00
Produto esperado:	Ação Administrativa				
Projeto/atividade					
6	Operação Especial	Devolução e Restituição de Convênios e Auxílios	Ação Administrativa	100.000	100,00
Função:	28 - ENCARGOS ESPECIAIS	Subfunção: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			
Descrição:	Devolução e restituição de valores de recursos de convênios e auxílios firmados com outras instâncias de governo.				0,00
Produto esperado:	Ação Administrativa				
Projeto/atividade					
Total do Programa:					275.100,00
Total da Unidade:					12.896.019,00
Total do Orçamento:					12.896.019,00